

AgRg no HABEAS CORPUS Nº 476.217 - MG (2018/0284588-8)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
AGRAVANTE : DOUGLAS DANIEL GOMES
ADVOGADO : JOSE ROMEU RODRIGUES JUNIOR - MG068789
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

DOUGLAS DANIEL GOMES agrava de decisão de minha relatoria, **a fim de sanar erro material.**

Decido.

Com efeito, reconheço o erro material apontado pelo agravante, de maneira que determino a correção do julgado.

Em relação ao agravante, **afastei a análise desfavorável dos motivos do crime** e, também, **apliquei os redutores, na segunda fase em 1/6 e na terceira etapa em 1/3** (fls. 677-684). **Os efeitos desse *decisum* foram estendidos ao corrêu** (fls. 754-755). Ocorre que, de fato, ao refazer os cálculos, **a pena final encontrada mostrou-se equivocada, em razão de mero erro material.**

Para o paciente, afastados os motivos do crime, a nova pena-base encontrada foi de 6 anos e 6 meses de reclusão, haja vista que remanescem as circunstâncias do delito. Dessa forma, considerando, na segunda fase, o redutor de 1/6, a sanção intermediária é de 5 anos e 5 meses, e, na terceira etapa, mantido o redutor de 1/3, a reprimenda final encontrada é de 3 anos, 7 meses e 10 dias de reclusão.

Para o corrêu, afastados os motivos do crime, a nova pena-base encontrada foi de 7 anos de reclusão, haja vista que remanescem os maus antecedentes e as circunstâncias do crime. Dessa forma, considerando, na segunda fase, o redutor de 1/6, a sanção intermediária é de 5 anos e 10 meses, e, na terceira etapa, mantido o redutor de 1/3, a

Superior Tribunal de Justiça

reprimenda final encontrada é de 3 anos, 10 meses e 20 dias de reclusão.

À vista do exposto, **determino a correção dos julgados**, a fim de constar que **a reprimenda definitiva de DOUGLAS DANIEL GOMES totaliza 3 anos, 7 anos e 10 dias de reclusão** e a do **corrêu JOSÉ MARCELO TRINDADE JÚNIOR soma 3 anos, 10 meses e 20 dias, em idêntica situação, ressalvados os maus antecedentes**. Mantido o regime inicial semiaberto, haja vista a existência de circunstâncias judiciais desfavoráveis aos réus.

Comunique-se imediatamente ao Juízo das Execuções Penais, tendo em vista o trânsito em julgado da condenação (Processo n. 0024.06.270.351-7).

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ
Relator